

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

A Organização Escolar e as Barreiras à Inclusão de Alunos com
Necessidades Educativas Especiais

Sara Patrícia Barbosa Dias

Mestrado em Administração Escolar

Orientador: Doutor José Miguel Nogueira, Investigador Integrado

CIES - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2021



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

A Organização Escolar e as Barreiras à Inclusão de Alunos com
Necessidades Educativas Especiais

Sara Patrícia Barbosa Dias

Mestrado em Administração Escolar

Orientador: Doutor José Miguel Nogueira, Investigador Integrado

CIES - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2021

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela dádiva da vida, por todas as oportunidades, por ser minha luz, meu protetor e meu guia em todos os momentos da minha vida.

Um agradecimento muito especial a meu orientador Doutor José Miguel Nogueira e a todos os mestres que se fizeram presentes em minha jornada acadêmica desde a educação infantil até aos mestres da Universidade, todos foram e são importantes para a minha formação.

À minha família, pelo apoio, incentivo, força, e também pela confiança que depositaram em mim. Por acreditarem que sou capaz de chegar até aqui.

Aos meus amigos pelo apoio ao longo de todo o processo e por nunca me terem esquecido devido à minha ausência.

RESUMO

Este estudo aborda o tema da organização escolar e as barreiras á inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) em Cabo Verde. O presente estudo foi realizado no Liceu Amílcar Cabral (escola de ensino secundário), na cidade de Assomada.

Esta análise teve como ponto de partida perceber o que a escola em estudo tem feito para promover a educação Inclusiva e, estudar o que pode ser feito para melhorar a qualidade de aprendizagem e da própria Inclusão.

No que diz respeito a metodologia, este estudo teve como suporte a metodologia qualitativa, onde foi possível a recolha de informações através da realização de 5 entrevistas semiestruturas a um (1) Diretor e a quatro (4) professores da referida escola.

Com base na análise desse material, foi possível a elaboração de proposta de melhoria para a Inclusão de alunos com NEE, com base num trabalho de sensibilização para a diferença, da cooperação entre os vários órgãos pertencentes à escola, de um melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais e ainda do estabelecimento de uma boa interação entre a escola- Família.

Palavras-chave: Inclusão; Necessidades Educativas Especiais; organização Escolar.

ABSTRACT

This study addresses the issue of school organization and the barriers to inclusion for students with Special Education Needs (SEN) in Cape Verde. This study was developed out at Amilcar Cabral High School (secondary school), in the city of Assomada.

The point of this analysis was to understand what the school under study has been doing to promote Inclusive education and to study what can be done to improve the quality of learning and Inclusion itself.

In terms of methodology, this study was supported by the qualitative methodology, where it was possible to collect information through five (5) semi-structured interviews with one (1) Director and four (4) teachers of the school.

Based on the analysis of this material, it was possible to elaborate an improvement proposal for the Inclusion of students with SEN, based on a work of sensitization to difference, cooperation among the many bodies belonging to the school, a better use of human and material resources, and also the establishment of a good interaction between school-family.

Key-words: Inclusion; Special Educational Needs; School organization.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	15
1- A ESCOLA COMO ORGANIZAÇÃO EDUCATIVA	15
2- DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM PORTUGAL	16
3- DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CABO VERDE	21
4- BARREIRAS À INCLUSÃO DE ALUNOS COM NEE.....	29
CAPÍTULO II.....	33
O PROJETO: TERRITÓRIO E CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO	33
1- Justificativa.....	33
1.1 Pertinência do tema	33
1.2 Objetivos Gerais do Projeto	34
1.3 Objetivos Específicos do Projeto.....	34
2- CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO EM ESTUDO.....	34
2.1 Recursos Materiais.....	36
2.2 Recursos Humanos.....	36
3- METODOLOGIA.....	37
3.1- O Público-alvo.....	37
3.2- Instrumentos de coleta de dados.....	38
3.3- Análise Documental	38
CAPÍTULO III	39
APRESENTAÇÃO/DISCUÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA	39
CAPÍTULO IV	44
PROPOSTA DE MELHORIA	44
1- Interação escola – Família	44
2- Remodelação/restruturação da escola Liceu Amílcar Cabral.....	45
CONCLUSÃO	47
FONTES.....	49
Referências Bibliográficas	51
ANEXO	53

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Ilha de Santiago	25
Quadro 2: Números dos Alunos	35
Quadro 3: Funcionamento dos níveis de ensino	35
Quadro 4: Caracterização dos Entrevistados	39
Quadro 4. 1: Análise comparativa das respostas dadas pelos professores entrevistados	40

GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AADICD- Associação de Apoio, Desenvolvimento e Integração da Criança com Deficiência;

CEE- Comunidade Económica Europeia;

EE- Educação Especial;

ESPG- Escola Secundária Pedro Gomes;

LAC- Liceu Amílcar Cabral;

LBSE- Lei de Base do Sistema Educativo;

MED- Ministério de Educação e Desporto;

NEE- Necessidades Educativas Especiais;

PEI- Programas Educativas Individuais.

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo o sistema educativo vem trabalhando para dar resposta aos novos desafios a inclusão dos alunos com Necessidades Educativas Especiais. E isto parte do princípio de que a escola é para todos e deve ser estruturada de forma que atende todas as crianças, independentemente das suas diferenças. Segundo Michelli Agre, (2018, p.59), entende-se que a Educação Inclusiva é como um movimento mundial de luta pela inclusão das pessoas com deficiência no sistema regular de ensino, que se fortalece a partir da elaboração da Declaração de Salamanca em 1994.

“A educação inclusiva é um processo que visa responder à diversidade das necessidades de todos os alunos promovendo a participação e a aprendizagem”. (UNESCO, 2009).

A inclusão é, pois, um processo que nunca termina, e faz com que todos se sintam bem independentemente das suas limitações, sendo assim, promove a participação dos alunos com NEE nos ensinos regulares, diminuindo a exclusão no seu todo. Quando se fala em inclusão devemos levar em consideração todos os aspetos, ou seja, todas as práticas educativas que melhor respondem a essas necessidades.

Mittler (2003), caracteriza a inclusão da seguinte forma: a inclusão é frequentemente vista apenas como envolvendo o movimento de alunos das escolas especiais para os contextos das escolas regulares, com a implicação de que estão “incluídos”, uma vez que fazem parte daquele contexto. Em contrapartida, eu vejo a inclusão como um processo que nunca termina, pois é mais do que um simples estado de mudança e como dependente de um desenvolvimento organizacional e pedagógico contínuo no sistema regular de ensino (Mittler, 2003, P.35).

A UNESCO (2005, p. 9) considera que “a inclusão é uma forma dinâmica de responder positivamente à diversidade dos alunos e de olhar para as diferenças individuais como oportunidades para enriquecer a aprendizagem, e não como problemas”.

Ainda para Rodrigues (2006, p.3), aponta para a necessidade de uma escola aberta para todos os alunos, independentemente das características que os diferenciam. A inclusão escolar implica um conjunto de procedimentos e de características sem as quais é impossível intitular uma escola inclusiva.

De acordo com os autores supracitados incluir não é só frequentar as escolas, ou fazer parte do contexto escolar, mas sim, beneficiar de medidas educativas que visam as adaptações do processo educativo, tais como: condições especiais de matrícula, de frequência, de avaliação, de adaptações curriculares, de materiais didáticos, do espaço

físico e apoio pedagógico personalizado, proporcionar formação técnica pedagógica aos professores, entre outros.

Este trabalho divide-se em quatro capítulos: enquadramento teórico, onde é elaborada uma pesquisa que aborda assuntos relacionadas com o tema em estudo. Em segundo lugar temos o projeto: território e condições de aplicação, onde é feita uma caracterização da instituição e escolher a metodologia a ser utilizada.

Em terceiro lugar, que é análise dos resultados da pesquisa, vai ser realizadas algumas entrevistas que visa contribuir para o desenvolvimento da mesma, e por último, proposta de melhoria, onde tem como o principal objetivo melhorar e contribuir para uma escola sem barreira e, uma inclusão de alunos com NEE.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1- A ESCOLA COMO ORGANIZAÇÃO EDUCATIVA

Para falar da escola como organização leva-nos a saber em primeira mão o que é organização, que segundo Chiavenato, pode ser definido como:

Organização – é um conjunto de pessoas que atuam juntas em uma criteriosa divisão de trabalho para alcançar um propósito comum. As organizações são instrumentos sociais por meio dos quais muitas pessoas combinam seus esforços e trabalham juntas para atingir propósitos que isoladamente jamais poderiam alcançar. As organizações são um sistema cooperativo racional. As pessoas se dispõem a cooperar entre si de maneira racional e intencional para alcançar objetivos e resultados que individualmente não teriam nenhuma condição de obter (2004, p.20).

Na ótica de Bilhim, “é um conjunto articulado de seres humanos, que atuam com as suas propensões individuais para pressionar e moldar ao seu jeito as estruturas organizativas, idealmente definidas de acordo com a lógica dos custos e benefícios, levando-as a funcionar como um sistema social” (Bilhim, 2006, p.15).

Ainda segundo o mesmo autor, o termo organização apresenta dois significados, por um lado, “designa unidades e entidades sociais, conjuntos práticos, como por exemplo, as fábricas, os bancos e a Administração Pública. Por outro, designa certas condutas e processos sociais: o ato de organizar tais atividades, a disposição dos meios relativamente aos fins e a integração dos diversos membros numa unidade coerente” (Idem,21).

De acordo com as definições obtidas pelos autores supracitados pode-se dizer que uma organização é formada por um grupo de duas ou mais pessoas que seguem metas e objetivos em comum que só podem ser alcançados de modo eficiente e eficaz pela ação conjunta de indivíduos.

Bilhim acrescenta ainda que as organizações, são constituídas por grupos de duas ou mais pessoas; há, entre elas, relações de cooperação; é necessária a coordenação formal de ações; caracterizam-se pela prossecução de metas; pressupõem a diferenciação de funções; possuem uma estrutura hierárquica; caracterizam-se pela existência de fronteiras. (Idem, 2009, p.22)

Das definições obtidas pode-se verificar que ambas coincidem: as pessoas, recursos organizacionais e objetivos em comum a atingir. Perante os recursos organizacionais estamos a falar não só de gestão de pessoas enquanto tal, mais também de elementos organizacionais. Os objetivos em comuns a atingir, são as satisfações das necessidades coletivas pré-determinadas: as tarefas e responsabilidades divididas.

Segundo Barroso (2005, p.55) a escola enquanto uma organização tem tido ganhos ao longo dos últimos anos, permitindo conhecer a instituição como “unidades pedagógica, organizativa e de gestão”.

A etimologia da palavra Escola apresenta uma dupla raiz, schola e ludus. A primeira significa local de descanso e a segunda remete para um local de recreio. Apesar de a palavra mostrar duas significâncias diferentes, é consensual que a escola é um espaço que visa a educação dos jovens (Maria Baptista 2013, p.9).

De acordo com o autor supracitado é de se entender que o ensino deve ser universal e democrático, onde a escola deve ensinar tudo a todos e, democrático, garantindo o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares (Segundo a LBSE) e para que haja uma escola mais democrática é necessária uma participação ativa tanto dos professores, como dos alunos e de outros setores.

Ainda segundo a mesma autora, a escola enquanto uma organização é entendida sempre como um lugar de aprendizagem ou de reprodução social, em termos culturais e sociais. Ela tem por missão cumprir sempre a sua função social, que é de ensinar/aprender, e não só, também tem como objetivo integrar, resistir, transformar, reformar, reorganizar, e, continuar a perpetuar-se como uma organização vital para a sociedade contemporânea.

Falar da escola enquanto uma organização educativa leva-nos a pensar nos desafios da educação inclusiva não só em Portugal mais também em Cabo Verde.

2- DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM PORTUGAL

Ao falar dos desafios da educação Inclusiva passa por compreender se Portugal não ficou atrás no que respeita às novas ideias, tendo assumido, com a ratificação da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), o compromisso de implementar e desenvolver uma educação inclusiva.

A inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos, e fazer com que todos participem de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceites e respeitados naquilo que os diferencia dos outros. A inclusão não se reduz à garantia de que os alunos com dificuldades de aprendizagem ou incapacidades desenvolvam as suas potencialidades educativas.

Ao longo dos tempos a Educação Inclusiva vem sendo um tema de constantes debates devido ao desafio que representa, e não só, também ela tem sofrido rápidas e profundas modificações. “Desta forma, pensar a educação de alunos com condições de deficiência, no quadro de parâmetros estritamente educacionais é um fato recente e ainda em muitos aspetos constitui uma inovação” (Rodrigues & Nogueira, 2011, p.2).

Em Portugal, foi dado um impulso muito significativo à educação de alunos com deficiência quando em 1941 foi criado, em Lisboa, um Curso para Professores de Educação Especial. Ao mesmo tempo se criavam em algumas escolas “classes especiais” que acolhiam alunos com vários tipos de deficiência e de dificuldades escolares (Rodrigues & Nogueira, 2011, p.2).

Devido à incapacidade de a escola pública dar resposta a todos estes alunos, principalmente no que diz respeito à sua transição para a vida ativa, surgiram, a partir dos anos sessenta, movimentos sociais de natureza associativa, liderados principalmente por pais e educadores.

Com a revolução democrática em 25 de Abril de 1974 a ideia de integração pedagógica nas escolas portuguesas veio a ser uma realidade incontornável. “No segundo período, entre 1974 e a adesão à CEE em 1986 o sistema expandiu-se e um número muito maior de crianças passou a frequentar “escolas especiais” que, entretanto, se criaram muito por iniciativa de organizações da sociedade civil nomeadamente pais de crianças com deficiência e técnicos”. (Capucha & Nogueira, 2014, p.499).

Na década de setenta e oitenta os direitos dos cidadãos/ãs com deficiências físicas ou mentais foram, pela primeira vez, consagrados na Constituição da República Portuguesa, em 1976, relativamente a realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência (artigo 71º) à educação e cultura (artigo 73º), à igualdade de oportunidades no acesso e êxito escolar (artigo 74º).

Com a Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986 (Dec. Lei N.º 46/ 86, de 14 de outubro), é definida finalmente a Educação Especial como modalidade integrada no sistema geral da educação. A escolaridade obrigatória foi alargada para os quinze anos de idade. Esta lei estabeleceu, ainda, o quadro geral do sistema educativo, os seus princípios gerais (artigo 2º) e organizativos (artigo 3º) “assegurar o direito à diferença, mercê do respeito pelas personalidades e pelos projetos individuais da existência, bem como da consideração e valorização dos diferentes saberes e culturas”.

Já nos anos 90 a política educativa integrativa se generalizou nas escolas do ensino regular e, foi definido e regulamentado pelo Decreto-Lei nº 319/91, de 23 de agosto, prevendo a adaptação das condições em que se processa o ensino/ aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais. “Este decreto estabelece o regime educativo especial aplicável aos alunos com necessidades educativas especiais, isto é, prevê a adaptação das condições em que se processa o ensino destes alunos”. (Capucha &Nogueira, 2014, p.516)

O D.L. nº. 319/91 enunciava os seguintes princípios:

- Responsabilização de todos os professores e da escola do ensino regular.
- A produção de um conhecimento tão completo quanto possível da situação escolar e sociofamiliar de cada aluno com NEE, de modo a adequar as medidas a aplicar.
- Planificação educativa individualizada, flexível e adaptada a cada situação.
- A participação dos pais na avaliação e na realização dos programas educativos.
- A utilização dos professores de Educação Especial, como um recurso da escola.
- A abertura da escola ao meio, possibilitando a utilização de diferentes serviços.
- A expressão “alunos com deficiência” passa a ser substituída por “alunos com Necessidades Educativas Especiais”, traduzindo um novo conceito e não só numa mera mudança de designação.
- As disposições legais adotadas apontam para uma prática pedagógica diferenciada e que entra em rutura com os modelos tradicionais de ensino.
- São regulamentadas medidas que visam proporcionar essas condições, nomeadamente os Programas Educativos Individuais (PEI) e possibilita a flexibilização de currículos (alternativos/adaptados/funcionais) e a flexibilidade da avaliação.

Com o surgimento desse decreto-lei, viu-se a necessidade da construção de uma escola Inclusiva, onde todos os alunos têm o direito de aprender juntos independentemente das diferenças ou dificuldades que apresentam, baseada nas recomendações contidas na Declaração de Educação para Todos, na Declaração de Salamanca (1994) e nas Normas sobre Igualdades de Oportunidades para Pessoas com Deficiência das Nações Unidas (Rodrigues & Nogueira, 2011, p.4).

De acordo com os autores supracitados, em 1990 a Educação Inclusiva surge com o entendimento de que a escola é um lugar para todos, é nesse ano que a Educação Inclusiva ganhou mais vigor e fez com que o ambiente escolar se torne mais envolvente e acolhedor de modo a permitir o convívio de alunos com deficiência e sem deficiência, onde todos são tratados com igualdade.

Como resposta a necessidade de uma escola inclusiva, surgiu a publicação do Despacho Conjunto 105/97, que entrou em vigor a 1 de julho de 1997. Esse despacho emergiu para dar corpo a uma política educativa mais inclusiva. A partir desta data, os apoios educativos passaram a ser uma das partes fundamentais no sistema educativo comum, deixando de pertencer a um sistema organizado à margem da escola regular.

Poderíamos assim sintetizar as linhas mais importantes do DC 105/97:

- Responsabilizar a escola por todos os alunos, tendo esta que encontrar as estratégias e formas de intervenção adequadas para o sucesso educativo.
- Assegurar os apoios indispensáveis ao desenvolvimento de uma escola de qualidade, através de respostas articuladas e flexíveis.
- Perspetivar soluções adequadas às condições atuais, mas procurando sempre uma evolução gradual no sentido de serem encontradas novas e mais amplas respostas.
- Para além de centrar na escola a responsabilidade de organizar respostas, é fomentada uma maior articulação entre os diferentes intervenientes do processo educativo, abrindo caminho para parcerias com serviços, instituições e autarquias locais, de forma a serem desenvolvidas intervenções articuladas.

Para mudar o rumo da história da Educação Inclusiva, foram revogadas todas as legislações criadas nos anos 90, principalmente o (decreto-lei nº 319/91) e foi publicada em 7 de janeiro de 2008 o novo decreto-lei 3/2008 que foi reconhecido como principal ponto de viragem em Portugal no campo das NEE e, caracterizado pela importância do princípio da igualdade de oportunidade.

A lei 3/2008 afirma no seu ponto 2 que: a Educação Especial tem por objetivos a inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, a estabilidade emocional, bem como a promoção da igualdade de oportunidades, a preparação para o prosseguimento de estudos ou para uma adequada preparação para a vida profissional e para uma transição da escola para o emprego das crianças e dos jovens com necessidades educativas especiais nas condições acima descritas (Decreto-Lei nº3/2008).

De acordo com a nova legislação é necessário que sejam tomadas algumas medidas de forma que estes alunos possam frequentar escolas e turmas de ensino regular e, para isso é fundamental a construção de uma escola de qualidade a promoção de uma escola democrática e inclusiva, orientada para o sucesso educativo de todas as crianças e jovens e que deve responder à diversidade, incluindo todos os alunos.

Com tudo isso sentiu-se a necessidade em formar os professores capazes de promover uma educação de qualidade onde segundo, (CNE, 2008) reconhece a necessidade de formação especializada de professores para melhor preparação na resposta aos tipos de exigências do terreno, de apoios sustentados com base na experiência no

ensino regular e suporte em materiais diversificados e nas novas tecnologias, alertando também para a necessidade de dinamização de momentos de supervisão nas escolas.

Para além de formar os professores, sentiu-se a importância da participação dos pais destas crianças no seu processo de integração e aprendizagem, possuindo os mesmos o direito de conhecer toda a informação que conste no processo educativo do seu educando. Assim sendo se não concordarem com as medidas adotadas pela escola podem recorrer através de um documento escrito e enviar para as entidades competentes do Ministério da Educação.

De acordo com o artigo 4º do presente Decreto, foram então criadas para dar apoio a estas crianças:

- Escolas de referência para a educação bilingue de alunos surdos;
- Escolas de referência para a educação de alunos cegos e com baixa visão;
- Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdo cegueira congénita.

A partir desse momento, a ideia de escola inclusiva consolidou-se em Portugal enquanto um espaço educativo e de socialização onde todos os alunos deverão encontrar todas as respostas educativas que potenciem uma plena inclusão social. Em sequência desse pensamento, surgiu o Decreto-Lei 54/2018 de 6 de julho, onde tem como “eixo central da orientação a necessidade de cada escola reconhecer a mais-valia da diversidade dos seus alunos, encontrando formas de lidar com essa diferença, adequando os processos de ensino às características e condições individuais de cada aluno, mobilizando os meios de que dispõe para que todos aprendam e participem na vida da comunidade educativa”.

De acordo com o artigo 1º alinha 3 o presente decreto-lei se aplica aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, às escolas profissionais e aos estabelecimentos da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário das redes privada, cooperativa e solidária, adiante designados por escolas.

No artigo 3º fala dos princípios orientadores da educação inclusiva, onde temos o seguinte:

- a) Educabilidade universal, a assunção de que todas as crianças e alunos têm capacidade de aprendizagem e de desenvolvimento educativo;
- b) Equidade, a garantia de que todas as crianças e alunos têm acesso aos apoios necessários de modo a concretizar o seu potencial de aprendizagem e desenvolvimento;

- c) Inclusão, o direito de todas as crianças e alunos ao acesso e participação, de modo pleno e efetivo, aos mesmos contextos educativos;
- d) Personalização, o planeamento educativo centrado no aluno, de modo que as medidas sejam decididas casuisticamente de acordo com as suas necessidades, potencialidades, interesses e preferências, através de uma abordagem multinível;
- e) Flexibilidade, a gestão flexível do currículo, dos espaços e dos tempos escolares, de modo que a ação educativa nos seus métodos, tempos, instrumentos e atividades possa responder às singularidades de cada um;
- f) Autodeterminação, o respeito pela autonomia pessoal, tomando em consideração não apenas as necessidades do aluno, mas também os seus interesses e preferências, a expressão da sua identidade cultural e linguística, criando oportunidades para o exercício do direito de participação na tomada de decisões;
- g) Envolvimento parental, o direito dos pais ou encarregados de educação à participação e à informação relativamente a todos os aspetos do processo educativo do seu educando;
- h) Interferência mínima, a intervenção técnica e educativa deve ser desenvolvida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja ação se revele necessária à efetiva promoção do desenvolvimento pessoal e educativo das crianças e alunos e no respeito pela sua vida privada e familiar.

De acordo com este artigo todas as crianças têm capacidade para aprender, mas precisam de apoios ao longo do ciclo, onde as escolas devem criar currículo centrados nos alunos e para os alunos. Também são importantes a participação e o envolvimento dos pais e encarregados de educação na vida educativa dos alunos, uma vez se isso não acontecer cabe a escola traçar medidas para colmatar tais dificuldades.

Por fim, com todas as políticas criadas até agora permitiram que se possa afirmar que Portugal conseguiu obter resultados muito encorajadores sob o ponto de vista da Inclusão de alunos com NEE na escola regular. Mas também é muito ainda a ser feito, porque como sabemos o princípio da educação inclusiva é que todas as crianças são diferentes e que é a instituição que tem de se adaptar às suas necessidades.

3- DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM CABO VERDE

Uma das grandes preocupações de qualquer país é de implementar um sistema educativo que permite, dentro do princípio da igualdade de oportunidades, o acesso a uma educação de qualidade para todos os alunos. Sendo assim a Declaração de Salamanca (1994, p. 22) aconselha,

os países que tenham poucas ou nenhuma escolas especiais a concentrar os seus esforços no desenvolvimento de escolas inclusivas e dos serviços especializados de que estas necessitam, para poder responder a vasta maioria das crianças e dos jovens: programas de formação de professores sobre

necessidades educativas especiais e centros de recursos bem equipados e dotados do pessoal adequado, que possam responder aos pedidos de apoio das escolas. A experiência, sobretudo nos países em via de desenvolvimento, demonstra que o custo elevado das escolas especiais implica que, na prática, só uma pequena minoria, normalmente uma elite urbana, possa delas usufruir. Consequentemente, a grande maioria dos alunos com necessidades especiais, sobretudo nas regiões rurais, não recebem qualquer apoio. De facto, estima-se que em muitos países em vias de desenvolvimento, os alunos com necessidade especiais que são abrangidos pelos recursos existentes são menos de 1%. No entanto, a experiência também indica que as escolas inclusivas – as que servem todas as crianças numa comunidade – conseguem obter mais apoio da comunidade e utilizar numa forma mais imaginativa e inovadora os limitados recursos disponíveis.

Para dar resposta às necessidades de cada aluno são necessários professores especializados que saibam como trabalhar com os alunos com NEE, mas também é igualmente necessário que os professores sem especialização, saibam como intervir face às diferenças entre os alunos de uma mesma turma. Daí o conceito de professor generalista que, para além da formação específica no domínio dos conhecimentos da sua área de docência, deve ser capaz de adequar as estratégias de ensino à especificidade dos seus alunos.

Comprometido com a Educação, o “Estado de Cabo Verde vem desenvolvendo políticas ao longo dos anos e criando infraestruturas. Além disso, dispõe de bastantes instrumentos jurídicos criados para o apoio de pessoas com deficiência e que permitam o acesso e a inclusão de crianças com deficiência em todos os níveis do sistema de ensino regular, implicando uma coresponsabilização entre as instituições públicas e as organizações da sociedade civil” (Monteiro, 2012, p.11).

O direito de todos à Educação é salvaguardado na Constituição da República de Cabo Verde no seu artigo 77º, onde diz que todos têm direito a educação, e ela é realizada através da escola, da família e de outros agentes. Ainda segundo a Constituição da República (1992, p.29) para garantir o direito à educação, incumbe ao Estado, garantir o direito à igualdade de oportunidades de acesso e de êxito escolar;

Ainda na Constituição da República de Cabo Verde (1999, p.28) destaca, no seu artigo 75º “Direitos de portadores de deficiente”, o seguinte:

- 1.Os portadores de deficiência têm direito a especial proteção da família, da sociedade e dos poderes públicos.
- 2.Para efeitos do número anterior, incumbe aos poderes públicos, designadamente:
 - a) Promover a prevenção da deficiência, o tratamento, a reabilitação e a reintegração dos portadores de deficiência, bem como as condições económicas, sociais e culturais que facilitem a sua participação na vida ativa;

- b) Sensibilizar a sociedade quanto aos deveres de respeito e de solidariedade para com os portadores de deficiência, fomentando e apoiando as respetivas organizações de solidariedade;
- c) Garantir aos portadores de deficiência prioridade no atendimento nos serviços públicos e a eliminação de barreiras arquitetónicas e outras no acesso a instalações públicas e a equipamentos sociais;
- d) Organizar, fomentar e apoiar a integração dos portadores de deficiência no ensino e na formação técnico-profissional.

Neste artigo observa-se que uma das preocupações do Estado de Cabo Verde passa por salvaguardar os direitos humanos das pessoas com deficiência. Neste contexto, tem vindo a ser realizado um trabalho desde a sensibilização da sociedade para a deficiência, com especial aposta na formação técnico-profissional deste público-alvo. Com o envolvimento de toda a população torna-se mais fácil para os professores identificar as dificuldades do aluno o que permitiria maior inclusão do mesmo.

Para estabelecer o princípio da educação especial em Cabo Verde foi criada em 1990, pelo Ministério da Educação, a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) – Lei nº 113/ V/ 99,18 de outubro, correspondente a Lei nº 103/III/90 e foi alterada.

No artigo 44º da mesma Lei (p. 15) “Educação Especial” prevê que:

1. As crianças e jovens portadores de deficiências físicas ou mentais beneficiarão de cuidados educativos adequados cabendo ao Estado a responsabilidade de assegurar gradualmente os meios, educativos necessários e a de apoiar iniciativas autárquicas e particulares conducentes ao mesmo fim, visando permitir a sua recuperação e integração socioeducativa.
2. No âmbito do disposto no número anterior, à educação especial cabe essencialmente:
 - a) Proporcionar uma educação adequada às crianças e jovens deficientes com dificuldades de enquadramento social;
 - b) Possibilitar o máximo desenvolvimento das capacidades físicas e intelectuais dos deficientes;
 - c) Apoiar e esclarecer as famílias nas tarefas que lhes cabem relativamente aos deficientes, permitindo a estes uma mais fácil inserção no meio sócio – familiar;
 - d) Apoiar o deficiente com a vista à salvaguarda do equilíbrio emocional;
 - e) Reduzir as limitações que são determinadas pela deficiência;
 - f) Preparar o deficiente para a sua integração na vida ativa.

De seguida, no seu artigo 45º (Educação para crianças deficientes) decreta que:

1. A educação especial organiza-se segundo métodos específicos de atendimento adaptados às características de cada grupo;
2. A educação especial destinada a deficientes poderá ser desenvolvida em instituições específicas desde que o grau de deficiência o justifique;
3. A educação especial poderá desenvolver-se, para efeitos do cumprimento da escolaridade básica, de acordo com currículos, programas e regime de avaliação adaptados às características do educando;
4. A integração em classes regulares de crianças e de jovens portadores de deficiências será promovida sempre que daí resultem vantagens para a sua educação e formação, tendo em conta as necessidades de atendimento específico e apoio dos professores, pais ou encarregados de educação;

5. O Ministério da Educação providenciará em coordenação com outros sectores estatais a criação de oficinas adequadas, onde os jovens deficientes possam prosseguir a sua integração social e profissional após a escolaridade ou em sistema de aprendizagem, em regime de estudos alternados.

Por fim, o artigo 46º faz referência à Educação para crianças sobredotadas e considera-se que:

O Estado providenciará ainda no sentido de serem criadas condições especializadas de acolhimento de crianças com superior ritmo de aprendizagem, com o objetivo de permitir o natural desenvolvimento das suas capacidades mentais.
(LBSE) – Lei nº 113/ V/ 1999, p.15)

De acordo com a LBSE, o seu artigo 45 ponto 2, refere-se ao processo de integração e não de inclusão, pois faz pensar que a educação especial destinada a pessoas com deficiência poderá ser desenvolvida em instituições específicas para as crianças com deficiência, o que não chegou a acontecer no nosso país, uma vez que só começou a atender as primeiras crianças com NEE no ano 1994.

Segundo Morais (2004, p.4), a nível mundial o processo de inclusão de crianças e jovens com deficiências materializou-se em Cabo Verde nos finais dos anos 80 e início de 90, é sobretudo a partir dos anos 96/97 que se deu início efetivamente ao processo de inclusão das crianças com deficiência no ensino público, tendo sido criado a nível do Ministério da Educação, uma Unidade de Educação Especial, constituída por técnicos especializados em algumas das áreas da educação especial.

Esta Unidade de Educação Especial vem desenvolvendo atividades de acompanhamento de algumas das crianças com deficiência, prestando apoio aos pais e, promovendo ações de formação para os professores, bem como ações de sensibilização a toda a sociedade civil.

A educação de crianças e jovens com NEE tem sido uma preocupação de todos e, é nesta linha que o Programa do Governo da VII Legislatura (2006-2011) prevê o fortalecimento da Educação Especial com ênfase na integração escolar das crianças com NEE (Programa do Governo, 2006, p.42).

Para que a integração de crianças com NEE obtenha um resultado positivo ao nível das suas aprendizagens, sucesso educativo e inclusão na comunidade, torna-se necessário o envolvimento de todos, da própria criança, da escola e da família. Tendo em consideração que a política da educação inclusiva requer professores capacitados e escolas adaptadas às novas exigências, o programa deve fortalecer a Educação Especial

na problemática da formação dos professores na área do atendimento das crianças com necessidades educativas especiais, bem como a criação de espaços físicos adaptados às situações de modo a garantir uma melhor integração escolar das crianças.

Em 2012 foram realizados vários estudos em Cabo Verde, com o objetivo de promover recomendações práticas baseadas em experiências, sobre como incluir as crianças com deficiência o ensino primário e secundário regular em Cabo Verde. “As práticas são boas e mostram um claro progresso no país, elas nem sempre são ilustrativas de abordagem inclusiva para a educação, mas são baseadas principalmente nas iniciativas de educação integradora”. (Monteiro, 2012, p.14)

Em seguida apresentaremos as experiências realizadas na Ilha de Santiago. (Monteiro, 2012, p. 14 a 24)

QUADRO 1: ILHA DE SANTIAGO

Ilha de Santiago	Descrição da prática e do processo de implementação	Fatores que tornaram possível a realização desta prática	Principais dificuldades	Efeitos desta prática	Como esta prática pode ser melhorada
Estudo de Caso I: inclusão dos jovens surdos no ensino secundário	Inaugurada em 2009 a primeira turma inclusiva do país, beneficiando aproximadamente vinte jovens, entre os quais dez alunos surdos, dando-lhes assim a oportunidade de acesso ao ensino secundário; Formação de professores em língua gestual e desenvolveram técnicas pedagógicas específicas para promover a aprendizagem na sala de aula; Aulas de reforço no período contrário às aulas regulares com o envolvimento e monitorização dos professores; Atividades extracurriculares, como a dança, o desporto, a música e o teatro com a comunidade educativa da escola.	A parceria entre o Ministério da Educação e a AADICD; A gestão aberta e participada da ESPG; A advocacia e a visão inclusiva da AADICD na promoção e respeito pelos direitos das pessoas com deficiência.	Ausência de uma língua gestual oficial cabo-verdiana; Uma certa tensão na interação dos alunos surdos com os outros alunos não surdos.	A inclusão é possível na realidade educativa cabo-verdiana; A parceria entre o Estado e uma ONG demonstrou ser estratégica para a mudança social em Cabo Verde.	Reforço das relações de parceria com os pais e encarregados de educação; Uma maior aposta na formação curta/contínua de professores em língua gestual; Criação de instrumentos de avaliação adequados para os alunos surdos; Maior articulação entre a Escola e os Centros de Formação Profissional.

<p>Estudo de Caso II: adaptação razoável para integração das crianças surdas na escola básica Eugénio Tavares</p>	<p>Em parceria com a AADICD abriu uma sala de trinta alunos surdos acompanhados por um grupo de dois professores que receberam uma curta formação/sensibilização para o efeito; A Escola Eugénio Tavares tem proporcionado aos alunos surdos uma educação de qualidade e uma real integração na sociedade; O processo de aprendizagem dos alunos surdos foi reforçado pela frequência da sala de recursos no período contrário às aulas. Esta dispõe de alguns materiais pedagógicos adaptados às necessidades das crianças surdas.</p>	<p>Parceria entre o Ministério da Educação, através da Escola Eugénio Tavares e a AADICD; Materiais pedagógicos, tais como livros adaptados, CDs e quadros de leituras, cedidos pela AADICD; A abertura e sensibilidade da gestão da escola possibilitaram o envolvimento de toda a comunidade educativa na causa da inclusão</p>	<p>Os pais já não acreditavam no sistema e na capacidade dos seus filhos surdos de aprenderem. Uma das grandes dificuldades encontradas foi o número elevado de alunos com diferentes faixas etárias e em diferentes níveis de conhecimento da língua gestual.</p>	<p>As crianças surdas que antes estavam em casa sem a possibilidade de frequência no ensino básico têm agora tem a oportunidade de entrar no mundo da escola e da aprendizagem formal; A interação das crianças surdas com as ouvintes e com a comunidade local tem diminuído o preconceito em relação às pessoas com deficiência;</p>	<p>Preconizar atividades inclusivas com os alunos ouvintes; A sala deve ser parte integrante da escola, deve haver maior participação/interação dos professores nos encontros pedagógicos da escola e nas atividades extracurriculares ;</p>
<p>Estudo de Caso III: promoção da inclusão de crianças com todos os tipos de deficiência na Escola Capelinha</p>	<p>Esta abertura para receber uma iniciativa do género indica a Capelinha como uma escola que respeita os direitos da Criança e demonstra o seu compromisso com a Educação e com a inclusão da criança com deficiência. Com base no que se pode observar, os professores são comprometidos com a aprendizagem das crianças com necessidades educativas especiais, criando estratégias criativas para promover o seu desenvolvimento social e cognitivo. Para tal, esses professores foram sensibilizados, acompanhados e formados pelo Ministério de Educação sobre o processo e as técnicas de ensino e de aprendizagem voltados para as crianças com deficiência.</p>	<p>A determinação dos professores em proporcionar aos alunos com necessidades educativas especiais um ambiente rico e favorável à aprendizagem; A criatividade e motivação de toda a comunidade educativa na produção de materiais e atividades para a inclusão das crianças com deficiência e das suas respetivas famílias</p>	<p>Uma das principais dificuldades tem sido as barreiras físicas e arquitetónicas da escola que não favorecem a livre circulação das crianças em cadeiras de rodas; A crença dos pais de que as crianças com deficiência, principalmente as com deficiência cognitiva não aprendem, tem sido um fator limitador desta prática.</p>	<p>Pais e encarregados de educação mais conscientes do desenvolvimento dos seus filhos e da sua real capacidade de aprendizagem; Professores mais capacitados e abertos para a prática da Inclusão; Uma comunidade educativa mais consciente dos direitos das pessoas com deficiência, principalmente do direito a educação.</p>	<p>Envolver os pais nas atividades realizadas com as crianças para que possam vivenciar o quotidiano dos seus filhos e darem continuidade em casa; Criação de um Núcleo de Estudo e de Pesquisa entre os professores para constante reflexão sobre as diferentes estratégias de abordagem de aprendizagem, numa perspetiva multidisciplinar.</p>

<p>Estudo de Caso IV: cooperação professor/aluno na Escola Calabaceira</p>	<p>A Escola da Calabaceira é uma das escolas primárias da Cidade da Praia, localizada num bairro carenciado da capital. Acolhe quatro crianças com deficiência física, mental e cognitivo. Em 2011, uma das professoras, a Fátima, assumiu o desafio de ter na sala de aula o Márcio, uma criança com paralisia cerebral. Sem formação específica e com uma turma de trinta e oito alunos, o processo de aprendizagem do Márcio passou a ser uma tarefa de toda a comunidade educativa.</p>	<p>A formação ministrada pela Acarinhar; A motivação e a criatividade da professora na busca de novas estratégias de aprendizagem rentabilizando os escassos recursos existentes; O envolvimento e engajamento dos pais no processo de inclusão do filho.</p>	<p>A preocupação de outros pais de que a presença de Márcio na sala iria distrair os alunos e afetar a aprendizagem do resto da turma; A falta de materiais pedagógicos específicos para estimular movimentos dos membros superiores e inferiores.</p>	<p>Comunidade educativa sensibilizada. Menos discriminação em relação às crianças com deficiência; Professores motivados e empenhados em fazer desta escola espaço exemplo de inclusão; Crianças aprendendo a respeitar a diferença, através da interação e da interajuda; Pais conscientes de que quando uma criança com paralisia cerebral frequenta a escola há progressos no desenvolvimento emocional, físico e cognitivo.</p>	<p>Necessidade de se adaptar uma mesa para facilitar o manejo dos objetos e o movimento das mãos do Márcio; Maior envolvimento dos pais e encarregados de educação nas atividades realizadas em casa; § Criação de materiais pedagógicos que estimulem as competências psicológicas e físicas da criança com paralisia cerebral;</p>
<p>Estudo de Caso V: inclusão das crianças com deficiência no ensino pré-escolar</p>	<p>O Jardim da Câmara Municipal do Tarrafal fica situado no centro da cidade do Tarrafal. Este estabelecimento recebe crianças das famílias mais desfavorecidas e as apoia no processo de educação dos seus filhos. Apenas uma criança com deficiência, paralisia cerebral, frequenta o ensino pré-escolar. O processo da inclusão desta criança deu-se através da implementação de algumas práticas. Por exemplo: o jardim é marcado por uma gestão aberta e inclusiva, com monitoras que, com escassos recursos, fazem com que a criança com deficiência tenha acesso ao Jardim Infantil.</p>	<p>Gestão Aberta e inclusiva: os aspetos legais da inclusão foram considerados, isto é a legislação nacional estipula que toda a criança tem direito à educação. Capacidade de utilizar e rentabilizar os recursos existentes.</p>	<p>Falta de formação específica para trabalhar com crianças com Paralisia Cerebral – foi superada através de pequenas formações ministradas pelo MED no concelho e uma relação de confiança e partilha com a família.</p>	<p>O acesso ao Jardim permitiu o desenvolvimento social da criança e seu progresso; esta prática permitiu que a mãe da criança com deficiência tivesse disponibilidade para trabalhar e sustentar a família; O Jardim desenvolveu a sua capacidade de inclusão, através da criação de recursos didáticos adaptados: atividades como jogos de crianças; diminui a discriminação e o preconceito;</p>	<p>Dotar a instituição de adaptações arquitetónicas que permitam a livre circulação de pessoas com deficiência; capacitar as monitoras com técnicas específicas que permitam desenvolver as capacidades físicas e mentais das crianças com deficiência física e intelectual;</p>

Segundo Martins et al (2014, p.18) em Cabo Verde, as opções de política educativa orientam-se para uma abordagem inclusiva, mas o processo de sua tradução em práticas educativas consequentes acusa um lento desenvolvimento, mercê da conjugação de uma série de fatores, como os constrangimentos de ordem material e financeira do país e os défices de qualificação dos docentes.

Entre as leis e políticas que favorecem a implementação da educação inclusiva e a salvaguarda dos direitos das pessoas com deficiência, Cabo Verde obteve segundo (Monteiro, 2015, p.40) ganhos relevantes graças ao investimento feitos até agora.

Ganhos esses são:

- Formação de agentes educativos para atendimento educacional especializado nomeadamente em áreas específicas como sistema de leitura/escrita braille e surdez;
- Criação do núcleo de Educação Inclusiva e Orientação Vocacional e Profissional;
- Criação de 14 salas de recursos nas escolas, nas Delegações de MED e nos serviços centrais, de núcleos de Educação Inclusiva a nível das Delegações do MED para um maior e melhor atendimento de alunos com NEE;
- Forte investimento nos recursos materiais que se traduzem na aquisição de equipamentos de montagem de salas de recursos e produção de material didático específico.

Todavia, os ganhos adquiridos não só demonstram que a educação inclusiva é possível como conhecerá um importante salto qualitativo se houver um maior investimento nacional, público e privado, na superação dos constrangimentos existentes, em ordem a assegurar-se uma efetiva democratização da educação escolar, com a maximização das oportunidades de aceso e sucesso de todos e de cada um dos alunos, independentemente das diferenças individuais e correlativas necessidades educativas (Tavares, et al 2014, p.19).

4- BARREIRAS À INCLUSÃO DE ALUNOS COM NEE

Segundo Feliciano et al (2009, p.2) as barreiras são caracterizadas por qualquer entrave obstáculo, atitude ou comportamento limitante ou que impeça a participação social da pessoa, assim como o gozo, o usufruto e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão.

Barreira à inclusão é tudo o que impede uma pessoa com deficiência de desempenhar o seu papel de cidadão, ou seja, de exercer os seus direitos e deveres, iguais a todos os cidadãos considerados «normais».

Ao falar de barreiras à inclusão podemos classificá-los como: urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, comunicacionais e na informação e atitudinais. pode-se constatar que há vários tipos de barreiras que impedem a inclusão dos alunos com NEE na sociedade. Uma delas é o preconceito que é derivado do desconhecimento e da falta de informação e que gera atitudes discriminatórias. Ou seja, muitos alunos são rejeitados por causa desses preconceitos. Preconceitos esses que muitas vezes, põem em causa a própria inclusão desses alunos. E isso faz com que, eles não têm de conviver somente com as suas limitações, mas sim, também com as limitações que a própria sociedade lhes impõe.

As barreiras atitudinais são utilizadas muitas vezes para julgarem e conceituarem algo ou alguém antes de as conhecerem. Segundo Nuernberg (2011, p.5), as barreiras Atitudinais são as raízes de todas as demais barreiras, Comunicacional, Informacional, Metodológica, Instrumental, Programática.

As barreiras atitudinais levam as pessoas a sentirem medo de como podem agir diante dessa situação que, neste caso, se refere às pessoas com deficiência. Barreiras atitudinais, como a própria palavra diz, “vêm de atitudes que podem levar ao preconceito e ao estereótipo que gera a discriminação. O preconceito é uma atitude que envolve o pré-juízo, na maior parte das vezes negativo, relativamente a uma pessoa, enquanto o estereótipo corresponde às primeiras imagens que aparecem de imediato quando mencionamos um nome” (Nuernberg 2011, p.5).

Neste caso, quando se fala em crianças com NEE, as imagens que surgem na cabeça da maioria das pessoas são as de deficiente, incapacidade, impossibilidade, entre outras. São essas expressões que levam ao surgimento da discriminação, que é um comportamento que se caracteriza pelo tratamento de indivíduos com base no desprezo e humilhação.

Para além do que já referimos, ainda existem outros tipos de barreiras que também prejudicam e muito os alunos com Necessidades Educativas Especiais, dos quais Nuernberg (2011, p.16) identifica os seguintes: consideração de que o aluno com deficiência está ali apenas para socializar-se; tendência a não cobrar do aluno com deficiência as mesmas regras e comportamentos; como a deficiência opera como uma “lente de aumento”, sugere-se que apenas esses alunos precisam de maior apoio; pena e superproteção do aluno com deficiência; preconceito e *bullying* entre os alunos; posturas que reinventam a segregação no contexto da sala de aula.

Como poderemos ver, até as coisas que consideramos ser as mais simples podem-se tornar algo fatal. Como se pode levar a sério a educação dos alunos com deficiência, acreditando que eles estão ali apenas para socializar ou para passar o tempo? Não contraria isso a Nova Lei de Base do Sistema Educativo (2010, p.12) a qual determina que o sistema educativo “proporciona uma educação adequada às crianças e jovens portadoras de deficiência com dificuldades de enquadramento social”?

Isto já é contraditório. Como se pode dizer que os alunos com deficiência estão nas escolas apenas para socializar se a Nova Lei de Bases se dispõe a proporcionar-lhes uma educação adequada? Ainda como o autor referiu “não cobrar o mesmo comportamento e regras do que o outro”, por causa das dificuldades específicas dos alunos com NEE, os professores tratam-no como se fossem um objeto frágil, não exigindo o mesmo que exigem aos outros alunos considerados “normais”.

Que educação de qualidade é esta, na qual os professores não os levam a sério, exigindo o mesmo dos outros alunos ditos “normais”? como vão desenvolver-se se nem mesmo os professores estão preocupados com estes alunos?

Para além de existir as barreiras atitudinais, também existem várias formas de enfrentá-las, uma delas é sensibilizar as pessoas; as sociedades que aumentam a consciencialização dissipam mitos sobre as deficiências.

Nuernberg (2011, p.16), mostra algumas formas de enfrentarmos este tipo de barreira como, por exemplo, criar caminhos para pensar conviver/experienciar, enfrentar (medos, resistências), identificar as barreiras para o seu evitamento e eliminação; ter um maior conhecimento da perspectiva de direitos humanos que fundamenta a educação inclusiva; ainda que devemos superar a tensão entre o discurso técnico-especializado da segregação com a perspectiva de direitos humanos da inclusão.

Ainda segundo Salamanca (1994, p.31) suas orientações apontam para uma “reformulação da escola, que deve adaptar-se a todas as crianças sem exceção,

inspirando-se no princípio de que todas as diferenças humanas são normais. As escolas devem reconhecer as diferenças, acolher todos, promover aprendizagens e atender às necessidades de cada um. Esta proposta preconiza a educação para todos, propondo uma escola adaptada para todas as diferenças humanas”. Uma outra forma de enfrentar essas barreiras é cumprindo as Leis, onde visa trazer grandes resultados e benefícios para todos nós. Com estas sugestões podemos melhorar e muito. Um simples gesto pode-se transformar em grandes resultados.

Também temos as barreiras arquitetônicas, onde segundo Martins (1981, p.4) “um dos maiores obstáculos que se levantam à (re) integração dos deficientes é, sem dúvida o das barreiras arquitetônicas, o qual por si só e na maior parte das vezes, pode ser considerado como uma limitação superior à própria deficiência”.

As barreiras Arquitetônicas são todas as limitações que os alunos com deficiência encontram no seu dia-a-dia e que as impeçam de exercer o seu direito de ir e vir como qualquer outro cidadão. Existem diversos tipos de barreiras arquitetônicas que impedem o livre acesso das pessoas com deficiência, e são percebidas com facilidade se olharmos com atenção, como por exemplo: as escadas, degraus altos, casas de banho não adaptados, buracos nos passeios, portas e elevadores estreitos, sinais colocados à altura da cabeça de invisuais, transportes públicos inadequados, entre outras. Estes também são os obstáculos que impedem a inclusão dos alunos com NEE.

Segundo Sequeira et al (2007, p.2) são essas barreiras que na realidade as impedem de exercer na plenitude sua cidadania por encontrar sérias dificuldades de movimentação frente à inadequação dos espaços públicos e das edificações. Barreiras essas que impedem o exercício do mais básico dos direitos de qualquer cidadão, o de deslocar-se livremente.

Segundo o autor supracitado são esses os obstáculos que a sociedade constrói no espaço urbano, nos edifícios, nos transportes, nos mobiliários e equipamentos, que impedem e dificultam a livre circulação de pessoas.

CAPÍTULO II

O PROJETO: TERRITÓRIO E CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO

Neste capítulo proceder-se-á a uma análise mais detalhada e pormenorizada do projeto em referência na escola, Liceu Amílcar Cabral em Cabo Verde. O mesmo visa anunciar os motivos e objetivos gerais que levaram a sua criação, bem como a metodologia que irá ser utilizada e as fases em que a mesma irá passar.

1- Justificativa

O tema em estudo visa corresponder aos interesses de todos que se preocupam com crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais e, principalmente, a quem lida diariamente com esta problemática e é confrontado, nas escolas com atitudes, comportamentos e ações inadequadas e que podem ser mais graves do que as barreiras arquitetónicas.

É de salientar ainda que se têm vindo a verificar muitas mudanças ao longo da história da educação especial e, o Estado tem estado a repensar os seus sistemas educativos e, nas novas formas de encarar a educação, o ensino e na própria formação dos professores. Mas ainda há muito a ser feito, ou seja, existem alguns constrangimentos que são a base de reflexões para perspetivar as mudanças a serem implementadas para que as crianças possam ser incluídas nas escolas de uma forma efetiva.

Segundo Correia (2005, p. 11), a inclusão nas escolas é a inserção total dos alunos com NEE, em termos físicos, sociais e académicos nas escolas regulares, estes têm por direito receber todos os serviços adequados às suas necessidades.

É neste sentido que o tema de projeto foi escolhido no propósito de fornecer dados importantes para a consciencialização de muitos, e trazer mudanças de atitudes e comportamentos no meio educativo.

1.1 Pertinência do tema

Segundo Correia (2003, p.24), quando uma criança com NEE é colocada numa classe regular, sem os serviços de apoio que este necessita, ou quando se espera que o professor do ensino regular responda a todas as necessidades dessa criança, sem apoio de especialistas, isto não é educação inclusiva nem educação especial. Isto leva-nos a dizer então que a escola inclusiva tem de ser de todas e para todas, onde haja interação,

cooperação e de responsabilização da escola, dos professores, dos especialistas de educação especial e dos pais dos alunos.

De acordo com o autor supracitado, este projeto surge no intuito de perceber o que a escola em estudo tem feito para promover a educação inclusiva e, depois procurar estudar o que pode ser feito para melhorar a qualidade de aprendizagem e a inclusão das crianças na referida escola.

1.2 Objetivos Gerais do Projeto

Este projeto tem como principal objetivo fazer uma proposta de melhoria para promover a educação inclusiva no Liceu Amílcar Cabral.

1.3 Objetivos Específicos do Projeto

Para cumprir o objetivo acima proposto é necessário passar por alguns objetivos específicos, sendo as mesmas:

- ✚ Verificar se a escola possui condições para receber/incluir alunos com NEE;
- ✚ Verificar que tipo de apoio a escola oferece aos alunos com NEE;
- ✚ Verificar se a escola apresenta algum tipo de barreiras à inclusão de alunos com NEE;
- ✚ Criar um modelo tendo como base proposta de melhoria, para que a escola em estudo torne mais inclusiva;
- ✚ Analisar em que medida a organização escolar atende as especificidades e aos interesses dos alunos com NEE;

2- CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO EM ESTUDO

Antes de começar a falar da caracterização do liceu Amílcar Cabral é importante referir que o mesmo foi escolhido para este estudo, por ser uma escola onde eu estudei e, durante os meus anos de estudo neste liceu nunca tinha ouvido falar da educação inclusiva e, também por deparar que o mesmo carece de Professor especializado na área da Educação Especial. É nesta perspetiva que se escolheu este liceu com o objetivo de contribuir para o sistema de ensino do LAC.

O Liceu Amílcar Cabral situa-se no concelho mais convidativo e aprazível do país, numa zona central da ilha de Santiago - Santa Catarina (Assomada), de fácil acesso, com

clima tranquila, paz social, solidariedade, e de muita simpatia. O concelho apresenta uma superfície de 243 km. Fica situado a 36 km da Praia, capital de Cabo Verde.

O Liceu de Santa Catarina é uma instituição de caris pública que começou a funcionar 7 de outubro de 1985 que mais tarde em (2004) veio a receber o nome de Liceu Amílcar Cabral. Começou a lecionar apenas com alunos de 3º ano (atual 7º ano) com 9 salas de aulas. Ao longo dos tempos os seus efetivos têm vindo a aumentar de ano para ano, assim como os anos de escolaridade e os professores em geral. Existia um único bloco que tinha três pisos com casas de banho tanto para professores como para alunos com água canalizada, um refeitório e uma secretária que até hoje ambos estão em bom estado. Apesar de cada vez mais estão sendo criado mais Liceus, mas este continua tendo recebido grandes números dos alunos.

Este Liceu, tem atualmente como parceria a Associação Ficase, onde fornece géneros alimentares aos estudantes mais desfavorecidos.

QUADRO 2: NÚMEROS DOS ALUNOS

Números dos alunos	Masculino	1502	Número total:3207
	Feminino	1656	

QUADRO 3: FUNCIONAMENTO DOS NÍVEIS DE ENSINO

Ano	Período/Horário
5º ano 6º ano	Funciona no período de manhã no bloco A (apenas 4 turmas do 6º ano que funcionam no primeiro piso do bloco B)
7º ano 8º ano 9º ano 10º ano	Funcionam no bloco A no período da tarde
10º ano 11º ano 12º ano	Funcionam no período de manhã no bloco B (as turmas do 10º ano de desenho e todas as turmas do 11º e 12º funcionam de manhã)

2.1 Recursos Materiais

Atualmente o liceu é formado por 4 Blocos, sendo A e B funcionam as salas de aulas com 3 pisos cada, leciona até 12º ano de estudo com turmas de manhã e a tarde, distribuídos em 62 salas o que corresponde a 123 turmas de alunos.

. O bloco C funcionam Biblioteca, Auditório, Cantina dos alunos e, no bloco D funcionam a parte administrativa (secretaria, diretoria, 4 salas de informática, arquivo e reprografia, sala de Subdireção para Assuntos Sociais e Comunitário, sala de Subdireção Pedagógico, uma sala de Arquivos).

Na parte da cave encontra-se o laboratório, uma sala de aula, refeitório e cozinha, oficina de carpintaria. No pátio a frente do bloco A estão balneários para os dois sexos e no bloco B estão o bebedouro, horta escolares na parte traseira do mesmo as placas desportivas, usada para aulas de Educação Física e Jogos.

No que se refere, a Gestão e Funcionamento desta Escola Secundária como as outras Escolas Secundárias Nacionais seguem o Decreto-Lei nº20 de 19 agosto de 2002 em que estabelece o Regime das Organizações e Gestão das mesmas.

Ainda, segundo os dados recolhidos da Escola nos Boletins de Matrícula, a maioria dos alunos são filhos de agricultores, vendedeiras ambulantes com um baixo rendimento mensal e uma baixa qualificação académica, sendo a maioria pertencentes a classe média e famílias chefiadas pela mãe ou avós (criados pelos avós).

A mesma escola não possui de redes de esgoto, necessita de uma nova pintura, necessita de uma intervenção de carpintaria, isto porque em algumas salas tanto as portas, como as janelas estão sem vidros.

Os quadros danificados são pintados todos os anos porque não existem mesmo ao nível nacional; em relação á eletrificação nem todas as salas têm correntes elétricas nas tomadas, e isto implica a não utilização do retroprojctor, ou aparelhos de som entre outros materiais eletrónicos, sabendo que atualmente as aulas estão sendo lecionadas na maioria das vezes com novas tecnologias.

2.2 Recursos Humanos

A Instituição em causa integra ao nível dos recursos humanos um diretor, um Subdiretor Pedagógico, um Subdiretor Administrativo e Financeiro, Subdiretor dos

Assuntos Sociais e Comunitário e um Secretário chamado com 5 Guardas Noturnas, 6 Contínuos, 18 funcionários de limpeza, 2 Bibliotecário, 3 Porteiros, 1 arquivista e 1 para Reprografia, que dá um total de 41 funcionários. Ainda a mesma conta com 3207 alunos e 200 professores.

3- METODOLOGIA

O método de pesquisa a ser utilizada é de cariz qualitativo, onde o processo de pesquisa passou pelas seguintes etapas: análise documental, entrevista e uma pequena etnografia, onde vamos apresentar algumas fotografias desta escola (LAC), que vai nos reforçar em comprovar o nosso trabalho.

Utilizamos a expressão investigação qualitativa como um termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características. Os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico. As questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo, outros sim, formuladas com o objetivo de investigar os fenómenos em toda a sua complexidade e em contexto natural. Bogdan & Biklen, (1994, p.16).

Segundo Bogdan & Biklen (1994, p.49) a investigação qualitativa exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo.

3.1- O Público-alvo

Para realizar este estudo é necessário ter uma população. Almeida & Freire (2007) definem população como um “conjunto de indivíduos, casos ou observações, onde se pretende estudar o fenómeno”. Sendo assim, o Público Alvo, envolvido nesta pesquisa são os professores do liceu Amílcar Cabral em Cabo Verde, Cidade de Assomada. O universo total é de 5 (cinco) professores titulares, o Diretor de estabelecimento, com o objetivo de tentar perceber qual o papel da administração escolar na inclusão dos alunos com NEE, neste estabelecimento e, mais quatro professores da referida escola, mais apenas (4 quatro) participaram do estudo, pelo facto de uma inquirida ter recusado a aplicação da entrevista, onde usou como resposta “a falta de tempo”.

3.2- Instrumentos de coleta de dados

O uso de instrumentos é extremamente importante para a recolha dos dados. Desta forma o pesquisador terá a oportunidade de triangular os dados dando assim mais credibilidade ao estudo.

Para Moreira (2002, p.54), a entrevista pode ser definida como “uma conversa entre duas ou mais pessoas com um propósito específico em mente”. As entrevistas são aplicadas para que o pesquisador obtenha informações que provavelmente os entrevistados têm.

3.3- Análise Documental

Tendo em conta, o tema em questão, a análise documental é muito importante na recolha dos dados, porque nos oferece informações pertinentes na tomada das decisões e tratamento dos dados. Como menciona Sousa & Baptista (2011, p.89) a análise documental “constitui-se como uma técnica importante na investigação qualitativa – seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja através da descoberta de novos aspetos sobre um tema ou problema”. Sendo assim vai-se analisar alguns documentos pertencentes à Instituição a que a mesma pertence. Dentro destes documentos a analisar estarão nomeadamente o Projeto Educativo, Regulamento Interno, entre outros documentos que a mesma possa nos oferecer.

Após a realização das entrevistas será iniciada a análise das mesmas e o tratamento dos dados. Por fim, vai ser elaborada uma proposta de melhoria para a instituição em estudo no que concerne a Inclusão dos alunos com Necessidades Educativas Especiais no ensino regular.

CAPÍTULO III

APRESENTAÇÃO/DISCUÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

O presente capítulo encontra-se dividido em duas partes. Na primeira parte é feita a caracterização de cada um dos entrevistados, e na segunda parte é feita a análise das respostas dadas pelos entrevistados com o objetivo de encontrar pontos em comum e pontos divergentes, de acordo com as respostas dos entrevistados.

Contudo, foi feita uma análise detalhada de todas as respostas obtidas pelos entrevistados e, a comparação entre as respostas com pontos de vistas semelhantes e divergentes à temática central. Para uma melhor compreensão foi feito um quadro onde será possível ter uma ideia mais clara dessas diferenças e semelhanças.

QUADRO 4: CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Professores	Idade	Formação Académica	Ano de Serviço na Instituição	Percurso Profissional
Prof 1	44	Licenciatura em Matemática Aplicada; Pós-Graduação em Avaliação Educacional	10 anos	Foi durante 10 anos administrativo e recuperador de crédito em financeiras e outros 10 anos como professor de matemática desde o 5º ao 12º ano em ensino público e privado.
Prof 2	30	Licenciatura em Francês	5 anos	5 anos de experiência iniciou no LAC e também trabalha em escolas privada
Prof 3	51	Licenciatura em História; Mestrado na área de Diplomacia	18 anos	Começou a lecionar em 1994, trabalhou no Ministério da cultura com chefe de perímetro; trabalhou como professor do 1º ao 6ºano, o antigo ensino Básico do regime monodocência; Gestor do polo educativo dos picos; Professor do ensino secundário em escola técnica, professor de matemática, FPS, mundo contemporâneo, história e cultura cabo Verdiana. Subdiretor pedagógico em escola privada; e agora vai completar 5 anos como Diretor do Liceu Amílcar Cabral.
Prof 4	43	Licenciatura em Ciências da Educação;	22 anos	20 anos a trabalhar como professora, últimos 2 anos a trabalhar como coordenadora do espaço de inclusão educativa e da cidadania, no LAC.

	Mestrado em Educação, especialidade em formação pessoal e social		
--	--	--	--

Após a análise dos dados referente a caracterização dos entrevistados, é de salientar que se contemplou interlocutores de ambos os sexos, sendo que as suas faixas etárias situa-se no intervalo de 30 a 51 anos. Relativamente as formações académicas dos professores entrevistados, observa-se um perfil variado, desde licenciaturas em Francês, Matemática Aplicada (Pós-Graduação em Avaliação Educacional), História (Mestrado na área de diplomacia), Ciências da Educação (mestrado em Educação, especialidade em formação pessoal e social). Não existem professores de educação especial no Liceu selecionado para a pesquisa um dos motivos que levou a escolha deste liceu para o estudo.

Constatamos que segundo a distribuição dos professores entrevistados, por tempo de serviço existe uma pequena diferença onde um deles tem 5 anos de experiência o segundo tem já 20 anos de experiência mais só trabalha no Liceu Amílcar Cabral a 10 anos, o terceiro tem 27 anos de experiência, trabalha no LAC a 18 anos e ocupa o cargo de diretor a 5anos e o quarto tem 22 anos de experiência no LAC.

No que diz respeito ao percurso profissional é importante referir que três dos entrevistados já tem bastante estrada pela frente, (ver o quadro nº3). É possível verificar ainda que ao longo dos percursos profissionais dos entrevistados, dois dos professores é a primeira vez que trabalha com alunos com Necessidades Educativas Especiais e, o Diretor relatou que não lembra se já trabalhou com alunos com NEE em outros anos letivos, e a quarta entrevistada relatou que já trabalhou com alunos com Necessidades Educativas Especiais e, inclusive de momento trabalha como coordenadora do espaço de inclusão educativa e da cidadania.

QUADRO 4. 1: ANÁLISE COMPARATIVA DAS RESPOSTAS DADAS PELOS PROFESSORES ENTREVISTADOS

 Respostas com pontos em comum  Respostas divergentes

Questões	Respostas
<p>Considera o LAC uma escola inclusiva? Porquê?</p>	<p>P1- Sim, porque atualmente tem alguns alunos com NEE e um gabinete que em contato com alguns responsáveis do MED e professores, desenvolvem um plano pedagógico adequado a cada um dos alunos de acordo com as suas necessidades.</p> <p>P2- Não, porque é uma escola que carece de uma rampa de acesso aos cadeirantes e também, a escola não tem nenhuma sala de apoio para os alunos com NEE. E não dispõe de infraestruturas para a inclusão.</p> <p>P3- Sim, porque recebemos e orientamos os alunos de todos os quadrantes sociais, sem distinção da língua, raça, religião ou condições económicas.</p> <p>P4- Sim! É uma escola que procura garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os alunos.</p>
<p>Qual o entendimento prevalente nesta instituição sobre o conceito de NEE?</p>	<p>P1- São alunos que podem acompanhar o atual plano curricular, mas que possuem alguns problemas sensoriais ou intelectuais, entre outros.</p> <p>P2- São alunos portadoras de alguma deficiência que carece de uma atenção especial no processo ensino aprendizagem.</p> <p>P3- São alunos portadoras de deficiências que podem ser físicos ou psicológicos. Essas deficiências impedem o normal aprendizagem e evolução dos referidos alunos.</p> <p>P4- Aluno que necessita de uma atenção especial de forma a facilitar o seu desenvolvimento escolar, pessoal e social.</p>
<p>O senhor/a tem recebido nesta escola alunos com algum tipo de deficiência?</p>	<p>P1- Tenho 2 alunos com NEE neste momento, que embora não tem problemas sensoriais, possuem problemas intelectuais.</p> <p>P2- Sim, tenho uma aluna com deficiência motora e com problemas de visão.</p> <p>P3- Sim, quase todos os anos.</p> <p>P4- Sim! A escola tem recebido alunos com Necessidades Educativas Especiais.</p>
<p>Se sim, quais as estratégias que estão a ser adotadas para ajudar estas crianças (dentro e fora da sala de aula)?</p>	<p>P1- Ambos possuem um Currículo Específico Individual (CEI) adaptado às suas necessidades e apenas frequentam algumas disciplinas, nomeadamente matemática, educação artística, língua portuguesa, ciências da terra e da vida.</p> <p>P2- Faço a impressão dos documentos num tamanho superior ao de normal e também para o exercício faço a mesma coisa para que ela possa acompanhar a aula sem ficar para trás. Também quanto tenho qualquer trabalho coloco a aluna com NEE ao lado de outra aluna com mais destreza na minha disciplina para poder coadjuvar a outra nos trabalhos e atividades realizadas a sala de aula. Dou também mais atenção a aluna para que se sinta integrada e poder participar em todas as atividades, porque só o fato do aluno ser portador de deficiência já chega na sala de aula com falta de autoestima, então tenho estado a dar o meu máximo para que ela sinta normal.</p>

	<p>P3- Com o apoio da DNE e da Delegação em Santa Catarina damos munimos os professores de ferramentas necessárias para orientar estes alunos. Apoiamos com cópias coloridas, atendimento personalizado aos pais/encarregados da educação. Apoiamos em termos pedagógico, com material escolar, produtos alimentares e até vestuário.</p> <p>P4- Encontro com todos os professores dos alunos com NEE; Visita domiciliar, seguimento e avaliação dos trabalhos dos professores.</p>
A escola possui todas as condições necessárias para receber e trabalhar com todos os alunos com NEE?	<p>P1- Na minha opinião, não.</p> <p>P2—Não, o LAC ainda não tem todas as condições, sendo uma escola contruída nos anos 80 falta muita coisa, sito como exemplo a rampa de acesso, no LAC o aluno portador de deficiência só pode estudar no primeiro piso, sendo que o liceu tem 3 pisos.</p> <p>P3- A escola não possui todas as condições necessárias para receber e trabalhar com todos os alunos com NEE, tendo em conta que é uma escola com edifício de década 80 do seculo XX então não possui rampas para os alunos deficientes físicos ou invisuais, mas para minimizar essa situação desses alunos sempre colocamos eles nas turmas do 1º piso onde, não há escadas.</p> <p>P4- A escola não possui todas as condições.</p>
No seu ponto de vista quais são as principais barreiras encontradas, na inclusão dos alunos com NEE?	<p>P1- Falta de infraestruturas, má gestão na inclusão desses alunos nas turmas que frequentam e falta de formação adequada aos docentes.</p> <p>P2- Barreiras infraestruturais, rampa de acesso e barreiras didático pedagógico, ou seja, não existe uma sala de apoio e professores formados para tal.</p> <p>P3- falta de rampa, falta de equipamentos para os alunos surdos, formação para os professores, também tem a ver com as famílias que não estão preparadas psicologicamente.</p> <p>P4- Turma numerosa, Dificuldade dos professores (falta de formação na área de necessidades educativas especiais), falta de materiais didáticos.</p>

De acordo com as respostas dos entrevistados, é possível verificar que o Liceu Amílcar Cabral tem feito esforço para se tornar uma instituição inclusiva, mas também não podemos deixar de ver que o LAC é uma escola antiga e até hoje não foram feitas nenhuma remodelação e, isso faz com que os alunos com Necessidades educativas especiais não podem estudar em qualquer piso ou sala, ou seja, só podem estudar no primeiro piso.

Durante as entrevistas podemos ver as contradições nas respostas dadas pelos entrevistados, ondem dizem que o LAC é uma escola Inclusiva, e ao mesmo tempo

apresentam barreiras que dificultam acessibilidade dos alunos com NEE dentro e fora da escola (ver quadro 3.1), onde disseram que a escola tem falta de infraestrutura má gestão na inclusão desses alunos, falta de formação adequada aos professores, falta de recursos materiais para suprir as necessidades desses educandos, também, o LAC não possui rampas que dão acesso a nenhum bloco administrativo e nem para as salas de aula.

É de averiguar que um dos pontos que gera maior concordância é a falta de condições para receber e trabalhar com todos os alunos com NEE. Também durante as entrevistas pude observar que os pais e encarregados de educação não participam na vida educativa dos filhos, onde os professores se queixaram muito, referindo que no meio rural os pais não acompanham os estudos dos seus filhos, porque eles devem estar a trabalhar no momento em que devem dar essa atenção aos filhos.

Apesar da falta de recursos os professores criam estratégias para trabalhar com os alunos de uma forma que todos se sintam incluídos sem distinção.

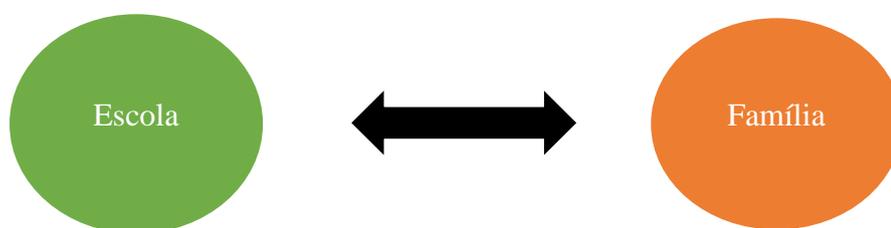
CAPÍTULO IV

PROPOSTA DE MELHORIA

O objetivo deste capítulo é criar um modelo tendo como base proposta de melhoria de condições, para que a escola em estudo (Liceu Amílcar Cabral) se torne mais inclusivo. Sendo assim este capítulo divide-se em dois subcapítulos, (1. Interação escola – Família e 2. Restruturação da escola LAC).

1- Interação escola – Família

Figura nº1 – Diagrama representativo da interação escola – família



A inclusão não é a responsabilidade de uma só pessoa e nem de uma única instituição no caso Liceu Amílcar Cabral, mais sim é a responsabilidade de todos e requer a contribuição de toda a sociedade, onde segundo (Saraiva L., et al 2013), “a Família e a Escola são instituições que compartilham a tarefa de preparar e encaminhar os sujeitos para a vida nos seus mais diversos aspetos”. É nesse ponto de vista que a parceria entre a escola (LAC) e a família é muito importante, visto que melhora o processo de integração e de aprendizagem, afeta positivamente os resultados acadêmicos, não só das crianças com NEE, mas também de todas as crianças.

Durante as entrevistas os professores entrevistados se queixaram muito da falta que os pais fazem de participar na educação dos filhos e, também de formar os professores adequados para saber trabalhar com os alunos. É nesse ponto de vista que sugerimos como proposta, a sensibilização/formação gratuita aos pais e encarregados da educação e não só, também deve promover a formação dos seus quadros Docentes e, de todos os seus funcionários em matéria da inclusão e, estas formações pelos professores de ensino especial, no intuito de ajudar os professores do ensino regular e adaptar os currículos de

modo que estes possam estar minimamente aptos para trabalhar de forma diferenciadas com os alunos, abordando temas como:

- Conceito de NEE;
- Conceito de Inclusão;
- Falar das Barreiras que dificultam a Inclusão;
- Estratégias a utilizar para trabalhar com os alunos

Durante as formações dadas pelos professores da EE seria importante ter um módulo sobre direitos humanos e educação com base na convenção explicando que todos são alunos independentemente das dificuldades de cada um e a educação é um direito de todas as crianças.

Sugerimos também como proposta estágios numa escola modelo aqui em Portugal, como por exemplo a escola “Pedro Eanes Lobato”. Uma outra proposta também seria dia aberto aos pais, onde poderão acompanhar de perto os estudos dos filhos, e não só, também vão poder exigir da escola que esta deve criar condições necessárias para os seus filhos.

2- Remodelação/restruturação da escola Liceu Amílcar Cabral

A escola tem também um papel concernente na educação dos alunos, ela é um estabelecimento público ou privado onde permite a transmissão de conhecimentos, experiência e instrução para todos e qualquer tipo de alunos.

Como podem ver nas imagens o Liceu Amílcar Cabral é uma escola ampla, mais não tem rampas que dão acesso a todas as partes administrativas da escola, que possam dar livre acesso as pessoas com deficiência motora, sem barreiras e constrangimentos.



De acordo com as observações feitas e, o que foi referido nas entrevistas, pelos professores, sugerimos como proposta;

- construção de rampas de acesso não só as salas de aulas mais também a todas as partes administrativas da escola;
- caso possível ter elevadores que desloquem deficiente motora de um piso para outro;
- reformar as suas casas de banhos de modo que se adapta as necessidades desses alunos, o que isto não existe no momento nesta escola;
- reformular a sua biblioteca em termos de organização das suas prateleiras de livros, de modo que fiquem numa altura em que os alunos com NEE possam ter acesso aos livros ou documentos, sem pedir ajudas a terceiros, porque reparamos que a biblioteca desta escola no tamanho das suas prateleiras, a deficiente motora fica difícil, em ter acesso por exemplo, aos livros que ficam mais acima;
- Ainda como proposta sugerimos que o Ministério da Educação atribui materiais didáticos para que a escola possa trabalhar da melhor forma com os alunos;
- Formação e capacitação de professores e demais agentes educativos;
- Redução de alunos nas turmas que tem aluno com NEE;

É pegando nesses pontos e trabalhar para que as escolas desempenhem a sua função de socialização de conhecimentos, respeitando o ritmo dos alunos, e que não sejam uma escola de privilégio para alguns, mas sim, para que seja um direito de todos. Citando Pletsch (2009, p.69), uma proposta de educação inclusiva deve ser entendida como um processo amplo, no qual a escola deve ter condições estruturais (físicas, de recursos humanos qualificados e financeiros) para acolher e promover condições democráticas de participação dos alunos com necessidades educativas especiais no processo de ensino-aprendizagem, assim como todos os alunos.

CONCLUSÃO

A realização do presente estudo proporcionou-nos um melhor entendimento sobre a inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais no liceu Amílcar Cabral. Todos os participantes, neste estudo, estão conscientes quanto à importância de uma verdadeira inclusão e unem esforços, no sentido de proporcionar um atendimento de qualidade a todas as crianças.

Permitiu constatar ainda que há muito a ser feito para que haja uma plena Inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais. Diante dos dados coletados, constatamos que há barreiras na inclusão dos alunos com NEE, e que o processo de inclusão dos alunos com NEE exige dos docentes novos saberes, aptidões e atitudes, o que implica uma revisão de concepções, valores, metodologias e estratégias e métodos de ensino.

A partir da análise feita, constatamos que os professores não estão muito bem preparados para lidar e trabalhar com alunos com NEE, porque nenhum dos inquiridos tem formação especializada na área.

A escola em estudo, em relação a sua infraestrutura, tem espaços suficiente para receber alunos, mas espaços para receber alunos ditos “normais” e não alunos com deficiência, porque esta não está preparada institucionalmente ou arquitetonicamente para trabalhar com alunos com NEE, o mais curioso é que o liceu Amílcar Cabral é uma escola pública e foi um dos pioneiros liceu de Cabo Verde e já tem 29 anos a operar no mercado.

Segundo Morais (2014, p.4) em Cabo Verde desde anos 96/97 se fala politicamente da inclusão, isto é 17 anos a falar politicamente de inclusão em Cabo Verde, mas esta escola até hoje ainda não foi trabalhada a sua estrutura tanto física como humanas, para poder ser uma escola inclusiva onde pode trabalhar com alunos de diferentes peculiaridades, o que faz com que contraria o discurso do governo, já que esta é uma escola pública, então durante esses anos ela já deveria ter minimamente condições de uma escola inclusiva.

Por fim, consideramos que o presente trabalho de investigação de uma forma geral conseguiu atingir os objetivos a que se propôs, embora tivéssemos encontrado algumas barreiras à sua realização, porque como sabemos a realização de um estudo, requer uma reflexão sobre o trabalho que foi desenvolvido. Uma das dificuldades obtidas perante a realização do presente estudo foi a limitação dos professores em fornecer informações, a usarem como desculpa a falta de tempo.

FONTES

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

Constituição da República Portuguesa. Diário da República n.º 86/1976, série I de 1976-04-10.

Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n.º 46/86, DR. 237 de 14.10.1986 (Iª Série). Estabelece o enquadramento geral do sistema educativo.

Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de agosto. Portugal: diário da República n.º 193, I série – A.

Despacho conjunto n.º 105/97, de 1 de julho. Portugal: diário da República n.º 149, II série.

Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro. Portugal, I série.

Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho. Diário da República n.º 129/2018, Série I.

Parecer n.º 7/2018. Conselho Nacional da Educação: parecer sobre regime jurídico inclusiva no âmbito da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundários. II série.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: 1994

Constituição da República de Cabo Verde, 1999.

Lei de Bases do Sistema Educativo, 1990/2010

Programa do Governo, 2006-2011.

UNESCO. (2009). Orientações para a inclusão: Garantindo o acesso à educação para todos. Place de Fontenoy, França. Obtido em 22 de outubro de 2019, de https://apcrsi.pt/dossiers_old/inclusao/orientacoes_para_a_inclusao_unesco.pdf

Referências Bibliográficas

- Barroso, J. (2005). Políticas Educativas e Organização Escolar. Lisboa:1ª edição
- Baptista, Maria, N.M.M.S. (2013). A Escola como Organização. Poiêsis, v.7, nº11
- Bogdan, R. Biklen S. (1994). Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora.
- Bilhim, J. (2006). Teoria Organizacional. Lisboa:5ª edição
- Bilhim, J. (2009). Teoria Organizacional: estruturas e pessoas. 5ª edição
- Capucha, Luís. & Nogueira, Miguel. (2014). A educação Especial em Portugal, os últimos 40 anos. Volume 1. (pp, 499-533).
- Correia, L. M. (2003). Educação Especial e Inclusão. Porto editora
- Correia, L. M. (2005). A escola contemporânea, os recursos e a Inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais. Atos de encontro internacional da educação.
- Chiavenato, I. (2004). Comportamento Organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações. São Paulo.
- David Rodrigues & Jorge N (2011). Educação Especial e Inclusão em Portugal: fatos e opções. Vev Bras Esp; Marília, V17, nº1.
- Feliciano, D. J.; Ribas, C.; Brasil V.Z.; Seron, B. B. (2009). Acessibilidade Nas Corridas de Rua: Barreiras Percebidas pelas Pessoas com Deficiência Visual. Porto Alegre, v. 25.
- Martins, A.J. (1981). Supressão de Barreiras Arquitetónicas – Anteprojeto de Diploma. Lisboa, Ministério de Trabalho, 80p. (Col. Estudos-Série Emprego, Formação e Reabilitação Proficional,1)
- Mittler, Peter (2003). Educação Inclusiva: Contextos sociais. Porto Alegre: Artmed.
- Monteiro, A. (2015). Cabo Verde e a Educação: 40 Anos de Percurso, Ganhos e Desafios. Setembro.
- Monteiro, Jandira. (2012). Boas Práticas em Educação Inclusiva de Crianças com Deficiência em Cabo Verde.
- Morais, H. M. (2014). Educação Inclusiva – Uma Aproximação Do Sistema Educativo Cabo-verdiano. Cabo Verde.
- Morreira, Daniel Augusto (2002). O método fenomenológico na pesquisa. São Paulo Pioneira Thomsson.

Nuernberg A. H. (2011). Rompendo Barreiras Atitudinais No Contexto Da Educação Especial Na Perspetiva Inclusiva.

Rodrigues, D. (2006). Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva, S. Paulo. Summus Editorial. p. 3

Saraiva, A. L. & Wagner, A. (2013). A Relação Família – Escola sob a ótica de professores e pais de crianças que frequentam o ensino fundamental. Ensaio: aval. Pol. Educ. Rio de Janeiro, v.21, n81. Pg. 739-779, outubro/dezembro.

Siqueira, F. C. V.; Facchini, L. A.; Silveira, D.S.; Piccini, R. X.; Thumé, E.; Tomasi, E. (2007). Barreiras Arquitetônicas a Idosos e Portadores de Deficiência Física: um estudo epidemiológico da estrutura física das unidades básicas de saúde em sete estados do Brasil. Artigo apresentado em 04/08/2007. Aprovado em 29/10/2007

Sousa, J. M. & Baptista, S. C. (2011). Como Fazer Investigação, Dissertações, Testes e Relatórios. Lidel - edições técnicas. PACTOR. Lisboa Junho.

Tavares, F. A. C.; Martins, A. P. L. (2014). Desafinado os Caminhos da Educação Inclusiva em Cabo Verde: Atas do Iº Congresso Cabo-Verdiano de Educação Inclusiva. Praia, Santiago Cabo Verde.

ANEXO

Guião de entrevista direcionado ao Diretor e aos professores da escola, Liceu Amílcar Cabral (LAC)

Objetivos da entrevista

- Recolher informações para efetuar a caracterização do entrevistado;
- Proceder a recolha de informações essenciais para a análise do problema em estudo;
- Perceber qual o papel do entrevistado em relação à inclusão de alunos com NEE;
- Compreender se existem alguns tipos de barreiras no LAC, se sim quais são;
- Depreender quais as melhorias que podem ser feitas para melhorar a qualidade da aprendizagem e a inclusão das crianças com NEE na respetiva instituição, na perspetiva do entrevistado.

Designação dos Blocos	Objetivos específicos	Formulário de Questões	Observações
Bloco A: processo de legitimação do entrevistado	<ul style="list-style-type: none">- Informar sobre a natureza do trabalho e as suas finalidades;- Informar sobre o objetivo da entrevista;- Assegurar sobre a confidencialidade das respostas;- Valorizar o contributo da entrevistada.	<ul style="list-style-type: none">- Explicação dos motivos e objetivos da entrevista	<ul style="list-style-type: none">- Entrevista Sime-estruturada
Bloco B Caracterização do Liceu Amílcar Cabral.	<ul style="list-style-type: none">- Perceber quais as características que fazem desta instituição inclusivo- Compreender quais os processos inerentes à aceitação de crianças com NEE.	<ul style="list-style-type: none">- Quando o LAC foi criado?- Como caracteriza fisicamente o LAC?- Qual é a estrutura orgânica do LAC?- Como funciona o LAC?	

<p>Bloco C</p> <p>Caracterização do entrevistado em relação a problemática da inclusão.</p>	<p>- Perceber qual o seu papel enquanto Diretor/professor da instituição na promoção da inclusão;</p> <p>- Perceber quais as estratégias utilizadas para colmatar tais dificuldades.</p>	<p>- Quais são as suas funções ao cargo ocupado na Instituição;</p> <p>- Considera o LAC uma escola inclusiva? Porquê?</p> <p>- Qual o entendimento prevalente nesta instituição sobre o conceito de NEE?</p> <p>- O senhor tem recebido nesta escola alunos com algum tipo de deficiência?</p> <p>- Se sim, quais as estratégias que estão a ser adotadas para ajudar estas crianças (dentro e fora da sala de aula)?</p>	
<p>Bloco D</p> <p>Barreiras na Inclusão dos alunos com NEE</p>	<p>- Compreender se a escola LAC tem condições necessárias para receber e trabalhar com alunos com NEE;</p> <p>- Perceber se a escola possui alguns tipos de barreiras, na inclusão dos alunos;</p>	<p>- A escola possui todas as condições necessárias para receber e trabalhar com todos os alunos com NEE?</p> <p>- No seu ponto de vista quais são as principais barreiras encontradas, na inclusão dos alunos com NEE?</p>	
<p>Bloco E: Sugestões de Melhoria</p>	<p>- Saber qual a opinião do entrevistado sobre o que a escola tem feito para melhorar a inclusão e o que deve ser feito para tal</p>	<p>- Sugestões de melhoria / necessidade (ou não) de mudança</p>	<p>- Bloco destinado a observações e sugestões do entrevistado</p>

<p>Bloco F: Caracterização do entrevistado</p>	<p>- Conhecer a sua formação e percurso enquanto docente - Perceber quais as funções inerentes ao cargo que ocupa.</p>	<p>- Que idade tem? - Qual a sua formação académica? - Qual o seu percurso profissional? - Ao longo do seu percurso profissional trabalhou com crianças com NEE? - Há quanto tempo exerce funções neste estabelecimento de ensino?</p>	
--	--	--	--